



FACULDADE SANTÍSSIMO SACRAMENTO
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MAILA DE JESUS SANTOS

**EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL SEGUNDO A NBC T 15: Um estudo de caso
demonstrando a relevância e a aplicabilidade das informações socioambientais**

ALAGOINHAS

2023

MAILA DE JESUS SANTOS

EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL SEGUNDO A NBC T 15: Um estudo de caso demonstrando a relevância e a aplicabilidade das informações socioambientais

Artigo apresentado à Faculdade Santíssimo Sacramento como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Jozenei Silva Pereira

ALAGOINHAS

2023

RESUMO

A responsabilidade ambiental das organizações produtivas constantemente tem sido post-chave de inúmeras e variadas discussões, levando-se em consideração que a maior parte da sociedade vem cada vez mais se tornando exigente e preocupada com a origem e a sustentabilidade dos produtos adquiridos para consumo, assim o presente trabalho tem como objetivo geral verificar o grau de evidenciação das informações de responsabilidade social e ambiental da empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr. Para responder a tal questionamento foi desenvolvido uma pesquisa de natureza descritiva do tipo qualitativa, tratando-se de um estudo de caso, que foi realizado em bases digitais como FUNDAÇÃO ABRINQ, S&P Global Market Intelligence e SOLOTUDO, onde constatou-se que a principal forma de evidenciar as informações socioambientais, pela empresa estudada, é através do Relatório de Sustentabilidade, onde se demonstra o que julga importante destacar do seu relacionamento socioambiental, trazendo projetos sociais e culturais, para o público externo e para a comunidade, ações e investimentos que estas estão fazendo em favor do meio ambiente. Por fim, conclui-se que esta pesquisa contribuirá para aprofundar as discussões no tratamento das questões para evidenciar as particularidades necessárias do profissional contábil para o desenvolvimento da função, ressaltando a relevância do conhecimento da gestão socioambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade. Evidenciação. Gestão Ambiental. Responsabilidade socioambiental.

ABSTRACT

The environmental responsibility of productive organizations has constantly been a key point in numerous and varied discussions, taking into account that most of society is becoming increasingly demanding and concerned about the origin and sustainability of products purchased for consumption, Thus, the present work has the general objective of verifying the degree of disclosure of information on social and environmental responsibility of the company Minerações Brasileiras Reunidas S.A. mbr. In order to answer this question, a qualitative descriptive research was carried out, in the case of a case study, which was carried out in digital databases such as FUNDAÇÃO ABRINQ, S&P Global Market Intelligence and SOLOTUDO, where it was found that the main way of highlighting the socio-environmental information, by the company studied, is through the Sustainability Report, where it demonstrates what it deems important to highlight of its socio-environmental relationship, bringing social and cultural projects, for the external public and for the community, actions and investments that these are doing in favor of the environment. Finally, it is concluded that this research will contribute to deepen the discussions in the treatment of questions to highlight the necessary particularities of the accounting professional for the development of the function, emphasizing the relevance of knowledge of socio-environmental management.

KEYWORDS: Accounting. Disclosure. Environmental management. Socio-environmental responsibility

1. INTRODUÇÃO

A responsabilidade ambiental das organizações produtivas constantemente tem sido posto-chave de inúmeras e variadas discussões, levando-se em consideração que a maior parte da sociedade tem se tornando mais exigente e preocupada com a origem e a sustentabilidade dos produtos adquiridos para consumo. Além disso, as empresas têm sido cobradas quanto à responsabilidade com a utilização dos recursos naturais e os impactos ambientais causados pelas atividades desenvolvidas (Di Domenico, Tormem, & Mazzioni, 2017).

Mendonça et al. (2020), discorrem que na atualidade, algumas atividades organizacionais, juntamente com as alterações climáticas, estão causando impactos significativos na vida das pessoas e no meio ambiente, e isso movimenta os agentes econômicos em busca de soluções efetivas. Dentre os principais impactos ambientais causados por algumas empresas, pode-se citar rompimento de barragens, a contaminação de rios, mares, lagos, e também do solo, e o descarte irregular de resíduos (sólidos, líquidos e gasosos).

Desta forma, as empresas dos mais diversos setores começaram a procurar soluções para exercer o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo, em que buscam obter lucro em suas atividades. Nas instituições organizacionais de minério temos alguns exemplos que tem um forte engajamento com os princípios de responsabilidade socioambiental, enquanto que outras têm negligenciando esses princípios. Nesse sentido o presente artigo apresenta como questão problema: Qual o grau de evidenciação das informações de responsabilidade social e ambiental da empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr?

Com a finalidade de responder à indagação, o objetivo geral do presente artigo é verificar o grau de evidenciação das informações de responsabilidade social e ambiental da empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr., tendo como objetivos específicos: apresentar a teoria sobre a contabilidade socioambiental, demonstrando como é importante a sua utilização; determinar a aplicação da norma contábil NBC T 15 de natureza social e ambiental; estabelecendo o nível de divulgação de informações socioambientais através da realização de um estudo de caso para evidenciar a qualidade na informação contábil, apresentando conceitos acerca das informações socioambientais da referida empresa.

Para materialização deste trabalho foi realizado um estudo de caso sobre a Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr. A escolha da referida metodologia é cabível, por se tratar da análise de um perfil/comportamento em seu contexto real, já que buscou-se identificar o grau

de evidenciação das informações de responsabilidade social e ambiental das empresas de minério, ou seja, desejava-se estudar um fenômeno dentro de uma organização, premissa básica do método de estudo de caso. Como se trata de uma empresa de capital aberto, os dados correspondentes ao período de 2018 a 2021, foram coletados através de pesquisa online nas bases pertinentes. Os resultados obtidos foram analisados e discutidos.

2. REFERENCIAL TÉORICO

2.1 CONTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Os aspectos básicos que contribuíram para a contabilidade na evidenciação da informação de cunho ambiental foram baseados nas perspectivas política, econômica e social, cuja maior referência surgiu ao longo da década de 70, com a pressão percebida pelas empresas para incrementar sua responsabilidade social, principalmente no que dizia respeito à organização do trabalho, igualdade de oportunidade, integração social e desenvolvimento sustentável (COSENZA; MAMEDE; LAURENCEL, 2010).

Em sua concepção Mendonça et al. (2020), discorrem que a contabilidade com enfoque socioambiental traz diversas inovações e precauções com o meio ambiente e sociedade, inerentes à globalização da economia, que leva atualmente as empresas a adotarem uma melhor postura diante o uso dos recursos naturais, visando produzir sem agredir a natureza, o que conseqüentemente, as garante uma melhor imagem no mercado.

A contabilidade ambiental, ou socioambiental é a contabilidade das vantagens e prejuízos que a evolução de um produto pode provocar no meio ambiente. É um conjunto de atos pensados visando o progresso de um projeto, levando em conta a preservação do meio ambiente (KRAEMER, 2017). A contabilidade ambiental pode desta maneira, amparar os gestores na proporção em que é usada para demonstrar a responsabilidade ambiental da empresa, por meio do uso dos relatórios contábeis no qual têm que ser apresentados de maneira fidedigna e transparente os fatos com o controle ambiental (ZANLUCA, 2017).

Deste modo, de acordo com Mendonça et al. (2020), a contabilidade socioambiental surgiu com o propósito de elucidar questões acerca do uso dos bens naturais em relação ao patrimônio das entidades, acarretando com isso maior transparência às informações que revelam a forma como a empresa tem se portado perante a sociedade em relação ao uso dos recursos naturais, o que possibilita adotar medidas em busca de reverter a escassez dos

mesmos, conhecer e minimizar desperdícios, bem como combater a degradação ao meio ambiente.

Sendo assim, para Mendonça et al. (2020), é de grande relevância que haja um conhecimento aprofundado por parte da contabilidade sobre como as empresas devem reagir ao uso da matéria-prima, afim de evitar autuações, tomando decisões mais assertivas e conscientes. Frente a todo exposto, compreende-se que é de suma importância, entender que cabe ao profissional contábil apresentar medidas cabíveis as empresas, com o objetivo de executar uma gestão ambiental e social, tendo conhecimento e enfatizando o que são ativos, passivos, receitas, custos e despesas ambientais, conforme relatado a seguir.

2.1.1 Ativo Ambiental

De acordo com Ribeiro (2005, p. 61), os ativos ambientais “são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental”, podendo permanecer na forma de capital circulante ou capital fixo.

Segundo Tinoco e Kraemer (2008), constituem exemplos de ativos ambientais os insumos empregados, disponibilizados e já adquiridos por uma instituição com a finalidade de recuperar o meio ambiente, preservar o mesmo e controlar seu impacto, também os produtos direcionados a diminuição da poluição, tratamento ambiental, conservação e recuperação, peças de equipamentos visando uma nova tecnologia, trazendo assim benefícios para a natureza e também para o ano subsequente.

As contas de ativo ambiental segundo Carvalho (2008, p. 127) “englobam os bens e direitos da organização, relacionando com a preservação, proteção e recuperação ambiental e que estejam aptos a gerar benefícios futuros”. Pode-se dizer que os ativos ambientais são investimentos realizados pela organização em busca da sustentabilidade ambiental e para reduzir os impactos ambientais de suas ações, mesmo que isso venha a beneficiar unicamente o meio ambiente futuramente.

2.1.2 Passivo Ambiental

Segundo Carvalho (2008, p. 132), os passivos ambientais, “são as obrigações da organização decorrentes de danos causados ao meio ambiente, de infrações ambientais ou empréstimos que podem ser utilizados na área ambiental, que tenham acontecido no passado

ou que existam no presente”. Para Carvalho (2008), pode-se apontar também que, as contas do passivo ambiental provêm de práticas positivas da organização, no âmbito de retratarem obrigações decorrentes de ações na área de gestão, reparação e recuperação ambiental.

A definição de Passivo Meio Ambiente segundo Braga (2007, p.43) “será exigibilidades originadas por um fato gerador passado ou presente, decorrente de uma dívida efetiva ou de um ato futuro relacionado ao meio ambiente, que exigirá em um prazo determinado ou determinável a entrega de ativos ou a prestação de serviços em um momento futuro”. De acordo com Tinoco e Kraemer (2008), o passivo ambiental representa privações de benefícios futuros impostas por legislação e regulamentações ambientais, tais como, taxas, penalidades e multas por infrações legais relacionadas ao meio ambiente.

Pode-se dizer que o passivo ambiental se refere às obrigações contraídas de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, representando toda e qualquer obrigação destinadas única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas a extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionado a investimentos na área ambiental.

2.1.3 Receita Ambiental

Na visão de Tinoco e Kraemer (2008), as receitas ambientais decorrem de prestação de serviços destinados a venda, seja de insumos, produtos reciclados, aproveitamento de gases, redução e energia e água, tudo que for devido no desempenho com o meio ambiente. O maior objetivo das receitas não é a geração de lucros, mas sim o controle da produção.

Exemplos de receita ambiental: Prestação de serviços especializados em gestão ambiental; Venda de produtos elaborados a partir de sobras de insumos do processo produtivo; Participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente, ou seja, cliente que compram exigindo a responsabilidade ambiental da empresa.

As receitas ambientais Segundo Carvalho (2008, p. 136), têm origem na remuneração pela prestação de serviços de conservação de áreas naturais, em decorrência de programas de estímulo à preservação dos recursos naturais. O reconhecimento dessas receitas deve se dar à medida que o serviço seja prestado. É o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade. Esses fatos geradores revertem em acréscimo do patrimônio líquido.

2.1.4 Custo Ambiental

Os custos ambientais, de acordo entendimento de Kraemer (2008), representam o empenho direta ou indiretamente vinculado a qualquer gasto, referente a bens ou serviços que visem a preservação ou recuperação ambiental, compreendendo o total de custos relacionados diretamente ou indiretamente com a proteção do meio ambiente, recuperação e monitoramento.

Segundo Carvalho (2008, p. 140), podem ser considerados como custos ambientais: Custos com reciclagem de materiais; Gastos com depreciação e amortização dos ativos ambientais; Gastos relacionados com preservação e recuperação ambiental, como: tratamento de efluentes, recuperação de áreas contaminadas ou degradadas; Materiais utilizados na preservação ou recuperação ambiental; Salários e encargos do pessoal empregado diretamente na área ambiental da entidade.

São considerados como custos ambientais, os gastos que são realizados pela empresa na área ambiental e que resultam em um benefício econômico para a organização e/ou para a sociedade externa. No entanto, de acordo com Carvalho (2008), no princípio do poluidor-pagador, os custos de degradação devem ser internalizados pela empresa, e não externalizados para sociedade. Frente a todo exposto, entende-se que todos os custos envolvidos no processo de preservação do meio ambiente são considerados custos ambientais e devem ser de responsabilidades unicamente da empresa.

2.1.5 Despesa Ambiental

Conforme Ribeiro (2010, p.50), as despesas ambientais são aquelas que estão associadas à área gerencial/administrativa da empresa, no intuito de gerar receitas ou não. A despesa ambiental classifica-se em operacional e não operacional. Operacionais são aquelas que podem gerar receitas e não operacionais são as decorrentes de acontecimentos ocorridos fora da atividade principal da empresa, como multas.

Carvalho (2008, p. 140), reforça o exposto por Barbosa e Conceição quando afirmam que as despesas “são todos os gastos efetuados pela empresa que tenham relação com o meio ambiente, ocorridos no período, e que não estejam diretamente relacionados com a atividade produtiva da entidade”.

Para Ribeiro, (2005, p. 50), as despesas ambientais podem conter gastos relativos a horas de trabalho, seus respectivos encargos sociais e ainda: Definição e manutenção de

programas e políticas ambientais; seleção e recrutamento de pessoas para o gerenciamento e operação do controle ambiental; compra de insumos e equipamentos antipoluentes; pagamento das compras realizadas para essa área; recepção dos itens ambientais adquiridos; estocagem dos insumos utilizados no controle do meio ambiente; treinamento específico para sua proteção; auditoria ambiental.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A FUNDAÇÃO ABRINQ (2021 p.01), afirma que a responsabilidade social “é o modo de pensar e agir de forma ética nas relações. Apesar de estar fortemente relacionada a empresas, a prática pode estar diretamente ligada a uma ação, realizada por pessoas físicas ou jurídicas, que tenha como objetivo principal contribuir para uma sociedade mais justa”

Nos últimos anos, de acordo Kraemer (2017), as precauções em relação ao meio ambiente são partes integrantes das preocupações dos gestores de grandes e pequenas organizações, assim sendo a contabilidade inclina-se para que aconteça uma mudança competitiva, no qual assume e integra questões econômicas operacionais e ambientais. A autora supracitada pressupõe que o propósito principal da contabilidade ambiental é o de gerar condições para cada grupo de usuários, sejam eles internos ou externos à organização, além de tornar viável fazer previsões no que se relaciona ao comportamento futuro da mesma, tendo-se em conta os resultados trazidos ao meio ambiente por essa entidade.

Silva e Vaz (2022), discorrem que na atualidade, a responsabilidade social corporativa é um assunto muito discutido e pouco explorado, não apenas por grandes empresas, mas por toda uma sociedade em que as organizações, como sistemas abertos, são sensíveis ao meio ambiente e devem passar por períodos de turbulência na adaptação às mudanças ambientais. Ainda segundo Silva e Vaz (2022), valores sociais anteriormente dominantes estão sendo revistos, tornando mais aceito o desmembramento entre as esferas públicas e privadas. Nesse contexto, cresce a discussão sobre a responsabilidade social das organizações, ou seja, seu compromisso em proporcionar benefícios à sociedade em sua dimensão.

No que se refere à responsabilidade social, as ações das empresas não repercutem somente em seus sócios e acionistas, mas também num conjunto maior de interessados tais como empregados, clientes, consumidores em potenciais, fornecedores, investidores, governo e a comunidade em geral, o que leva à percepção de que a busca pela confiança social faz com que as empresas atentem para os posicionamentos assumidos

diante de seus trabalhadores, consumidores e sociedade em geral (MORAES FILHO, 2009; OLIVEIRA, 2013).

De acordo com Chandler e Werther Jr. (2014), a responsabilidade social corporativa (RSC) engloba a relação constituída entre as organizações e as sociedades com quais elas mantém interação, portanto define a sociedade em sua forma mais abrangente e em diversos níveis, incluindo todos os interessados e grupos que possuem interesse contínuo nas operações desenvolvidas pelas empresas.

Acerca da responsabilidade social corporativa, muitos órgãos não-governamentais surgiram com o intuito de ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma sustentável e incorporar as práticas de responsabilidade social corporativa aos seus processos gerenciais. Como exemplo disso, no Brasil, temos o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, fundado em 1998 por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada, que possui por finalidade tornar as empresas parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável (INSTITUTO ETHOS, 2018).

2.3 GESTÃO AMBIENTAL

Para uma melhor contextualização acerca da evidenciação socioambiental, é imprescindível o entendimento da gestão ambiental. Segundo Freitas e Oleiro (2011, p. 70) “gestão ambiental é toda a ação desenvolvida pela organização com a finalidade de minimizar ou até mesmo eliminar a ação decorrente das suas atividades operacionais que degradam o meio ambiente”.

Ribeiro (2010), descreve a gestão ambiental como um conjunto de rotinas e procedimentos os quais permitem que a organização administre de forma adequada as relações entre as suas atividades e o meio ambiente no qual elas estão inseridas, possui como objetivo o atendimento das disposições legais aplicáveis às fases de produção e descarte final, observando assim de forma permanente todos os parâmetros legais, além de manter procedimentos preventivos e proativos no que diz respeito aos aspectos e efeitos ambientais das atividades, produtos, serviços e aos interesses e expectativas das partes interessadas.

A sociedade vive em um ambiente que decorre de seus próprios atos, e estes geram impacto ambiental. Neste ponto, é de extrema valia o compromisso e a seriedade da prática dessa obrigação imposta a todos, já que todos compartilham do mesmo ambiente e as consequências afetam a todos.

2.4 EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

A preocupação com o meio ambiente, surgida há algumas décadas e decorrente dos acontecimentos envolvendo crimes ambientais, tem deixado de ser uma inquietação apenas dos cientistas e ambientalistas, tornando-se um desafio que envolve tanto o governo quanto a iniciativa privada na elaboração de estratégias capazes de atenuar os impactos ambientais causados pelas organizações (NOSSA, 2002). Quanto a isso Ribeiro (2010, p. 45), destaca que o objetivo da contabilidade ambiental é “[...] identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam de acordo com a proteção, preservação, e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período visando à evidenciação da situação patrimonial da entidade”.

Embora no Brasil tenha ocorrido uma evolução no aspecto legal que regulamenta a interação das empresas com o meio ambiente, por meio das diversas leis e resoluções acerca da preservação ambiental que são coordenadas principalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, através das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA (Souza et al., 2010), não há uma lei que obrigue a evidenciação de informações dessa natureza.

Ribeiro (2010, p. 45), ressalta que a evidenciação socioambiental tem como intuito demonstrar à sociedade as devidas ações tomadas pelas organizações a respeito do meio ambiente e das questões sociais. No Brasil, essa divulgação ainda possui caráter voluntário, pois como relatado acima, não há nenhuma legislação que estipule a sua obrigatoriedade. No entanto, Slewinski, Gonçalves e Sanches (2015), ressaltam que além das informações econômico-financeiras, existe também o interesse da sociedade por informações de cunho não financeiro, pois a divulgação de tais informações constitui uma ferramenta importante para que uma empresa se diferencie das demais na forma de apresentar seu desempenho, suas estratégias e diferenciais competitivos.

Souza et al. (2010), salientam que a demonstração das informações ambientais contribui para a transparência do comportamento empresarial e a correta análise da organização, uma vez que, através dela, torna-se possível identificar e mensurar a real situação patrimonial da entidade, bem como os riscos inerentes ao negócio. Neste sentido, Cunha e Ribeiro (2008), discorrem que a contabilidade, ao registrar, mensurar e interpretar os eventos internos e externos das ações empresariais contribui para a descrição e evidenciação das informações ambientais. Enfim, a divulgação de informações pela contabilidade merece

especial atenção, pois desempenha um papel fundamental na administração do conflito de interesses e na redução da assimetria informacional existente entre o agente e principal.

Segundo Barbosa et al. (2014), a evidenciação das questões ambientais por parte das empresas pode ser positiva ou negativa, muito embora elas apresentem certas tendências em priorizar as informações positivas, apresentando um diferencial aos seus usuários, enquanto as informações negativas, de alguma forma, acabam sendo omitidas e justificadas pela ausência de legislação que as obriguem a devida divulgação.

2.5 NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC T-15

As informações de natureza social e ambiental possuem importância significativa para seus usuários. No entanto, conforme observado por Costa e Marion (2007), nota-se uma grande dificuldade em analisar os dados disponibilizados pelas entidades, devido à falta de uniformidade nos relatórios. De acordo com Barbosa et al. (2014), diante da falta de padronização sobre a evidenciação das informações ambientais pelas empresas brasileiras, e visando contribuir para a melhora nesse cenário, o Conselho Federal de Contabilidade criou em 2004 a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, que passou a vigorar no ano de 2006. Esta norma estabelece procedimentos para elaboração e divulgação de informações que dizem respeito a atuação da entidade frente a sociedade e ao meio ambiente. Apesar de não abranger efetivamente uma normalização legal, a NBC T 15 exprime quais procedimentos técnicos que devem ser observados pelas empresas para a evidenciação de informações nessas referidas áreas. (CFC, 2004).

Considerando que as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas constituem corpo de doutrina contábil que estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observadas quando da realização de trabalhos; A NBC T 15 estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. (CFC, 2004).

Conforme a NBC T-15 (CFC, 2004), entende-se por informações de natureza social e ambiental “a geração e a distribuição de riqueza; os recursos humanos; a interação da entidade com o ambiente externo; e a interação com o meio ambiente”.

No que diz respeito a geração e distribuição de riquezas, Costa e Marion (2007), esclarecem que a empresa deve demonstrar toda riqueza gerada e distribuída pela entidade, conforme a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Nas informações referentes aos

Recursos Humanos devem constar dados de remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade. No que se refere à interação da entidade com o ambiente externo devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

Barbosa et al. (2014), descrevem que segundo a referida norma, a empresa socialmente responsável que demonstre a necessidade de divulgar informações socioambientais deve publicá-las como informação complementar às Demonstrações Contábeis obrigatórias pela Lei das Sociedades por Ações, de forma que não possa ser confundida com as notas explicativas.

3. METODOLOGIA

A determinação da metodologia a ser empregada cumpre papel fundamental para que os objetivos da pesquisa sejam atingidos. Este tópico busca apresentar quais procedimentos metodológicos foram utilizados na presente pesquisa, que tem como problemática, entender qual o grau de evidenciação das informações de responsabilidade social e ambiental das empresas de minério.

A tipologia quanto à abordagem do problema classificou-se como qualitativa. Segundo Raupp e Beuren (2014, p. 92) “A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo [...]” “Esse estudo é qualitativo porque procurou verificar quais informações socioambientais foram divulgadas pelas empresas constituintes da amostra analisada”.

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi considerada como descritiva. Segundo Gil (2010, p. 28) “As pesquisas desse tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Esse estudo classifica-se como descritivo, pois procurou verificar o grau de evidenciação das informações de responsabilidade social e ambiental da empresa de minério “Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr.”, de acordo com a norma NBC T 15.

No tocante aos procedimentos, a pesquisa foi elaborada com base na pesquisa bibliográfica, e um estudo de caso, que segundo Ventura (2007, p. 385) “Como qualquer pesquisa, o estudo de caso é geralmente organizado em torno de um pequeno número de questões que se referem ao como e ao porquê da investigação. É provável que questões como essas estimulem também o uso de experimentos e pesquisas históricas”.

A pesquisa foi aplicada a 01 empresa, selecionada aleatoriamente, a mesma ocupa o segundo lugar entre as 7 maiores empresas de mineração do Brasil, se trata de empresa de capital aberto, disponibilizando dados nas bases digitais. O resultado desse estudo foi obtido por meio da análise de conteúdo das informações socioambientais contidas nos relatórios de sustentabilidade da empresa analisada nos anos de 2018 a 2021. Tais informações são subdivididas, conforme a NBC T 15, em indicadores internos e externos.

Com base na norma NBC T 15, foi elaborado um quadro, que tem por finalidade identificar a divulgação da empresa e suas evidenciações. O peso 0 se refere a nenhuma publicação e divulgação. O peso 1, informação publicada, porém nada além do que a norma exige. O peso 2, é a informação divulgada, e o além do que se exige na norma contábil, oferecendo assim uma melhor transparência para o mercado interno e principalmente o mercado externo.

Quadro 1 – Legenda análise de divulgação

Peso	Significado
0	Divulgação não realizada
1	Divulgação realizada
2	Disclosure

Fonte: Santos (2023)

Para propiciar a pesquisa, foi elaborado um checklist, que engloba 16 perguntas, conforme na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 15, que tem como objetivo atribuir um peso a empresa conforme a divulgação ou não divulgação das informações nos anos de 2018 e 2021.

Quadro 2: Checklist para atribuição pesos

A EMPRESA	Atendimento a NBC T 15		
	Sim	Não	Disclosure
1) ...publica alguma demonstração em que constam informações de natureza social e ambiental?			
2) ...publica o Balanço Social ou DVA?			
3) ...a evidenciação da riqueza gerada e distribuída está em conformidade com a Demonstração de Valor Adicionado?			
4) ...evidencia, nos demonstrativos contábeis, dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional, contingências e passivos trabalhistas da entidade?			

5) ...evidencia nos demonstrativos contábeis dados relativos à interação da entidade com o ambiente externo, relacionamento com a comunidade, clientes, fornecedores e incentivos decorrentes dessa interação?			
6) ... utiliza nas informações relativas aos fornecedores, critérios de responsabilidade social para a sua seleção?			
7) ... evidencia a remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos?			
8) ... evidencia gastos com previdência privada?			
9) ... evidencia gastos com cultura?			
10) ... evidencia participação nos resultados?			
11) ... evidencia informações relativas às ações trabalhistas?			
12) ... evidencia o valor de indenizações e multas pagas por determinação da justiça a empregados?			
13) ... evidencia informações relativas à interação com a comunidade?			
14) ... evidencia investimentos em educação?			
15) ... evidencia o número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor?			
16) ... evidencia informações relativas à interação com os clientes, ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas de reclamações?			

Fonte: Adaptado da NBC T 15 (2017).

4. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr.

Segundo dados da SOLOTUDO (2023) a Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr foi fundada em 1964, estando localizada à Avenida de Ligação, 3580, Águas Claras, Nova Lima, Minas Gerais, é uma das maiores produtoras de minério de ferro do mundo, ocupando atualmente o segundo lugar entre as 7 maiores empresas de mineração do Brasil, possui ativos para produção, transporte e embarque portuário de minério de ferro, que estão integrados ao sistema Sul do Vale, tendo em 2018, a produção de cerca de 59 milhões de toneladas de minério de ferro.

De acordo com dados coletados na S&P Global Market Intelligence (2023), sua cobertura abrangente inclui mais de 4.500 empresas de mineração, mais de 35.000 propriedades de mineração e 14 curvas de custo de commodities para vários metais. Nossos dados, pesquisas, análises e notícias de mineração aprofundados sobre o setor de mineração são integrados em uma única plataforma a fim de potencializar análises robustas com eficiência.

A escolha da referida empresa é cabível, por se tratar da análise de um perfil/comportamento em seu contexto real, já que buscou-se identificar o grau de evidenciação das informações de responsabilidade social e ambiental da empresa, ou seja, desejava-se estudar um fenômeno dentro de uma organização. Como se trata de uma empresa de capital aberto, os dados correspondentes ao período de 2018 a 2021, foram coletados através de pesquisa online nas bases pertinentes.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Minerações Brasileiras Reunidas S.A.

A Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr, foi fundada em 20/12/1971 e está cadastrada na SOLUTUDO no segmento de Mineradora e tem como atividade fim de Extração de Minério de Ferro, e está enquadrada no nível 1 de governança corporativa. A mineração corresponde à sua principal atividade econômica e industrial que consiste na pesquisa, exploração, lavra (extração) e beneficiamento de minérios presentes no subsolo.

A empresa tem como principal atividade extração de minério de ferro. Além disso, atua também com Atividades de apoio à extração de minério de ferro, destacando-se globalmente pelo desenvolvimento de soluções inovadoras e contínua busca da excelência e sustentabilidade em suas operações.

No processo de mineração a empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr, utiliza métodos de lavra a céu aberto, que de acordo com Souza (2023) “consiste nas técnicas de extração do minério que são encontrados em depósitos com menor profundidade, levando em conta aspectos sociais, econômicos e ambientais, bem como as tecnologias que precisam ser empregadas na área destinada à atividade em virtude da forma e da posição em que o depósito do minério está localizado, ou seja, o aspecto geológico”.

Para uma melhor visão, nesse item pode-se observar as respostas da empresa analisada, em conformidade com a checklist utilizada.

Consoante a norma NBC T 15, e a aplicação do checklist na empresa estudada, nos anos de 2018 a 2021 a empresa obteve notas ruins. Vale ressaltar, que a empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr, dos 16 quesitos apresentados respondeu 10 perguntas e ainda obteve acréscimo de 8 pontos por ter apresentado além do que a norma exige, o chamado *disclosure* evidenciando projetos, responsabilidade social, preocupação com os fornecedores e seus clientes. Outro ponto que chamou atenção, foi a publicação da DVA, que a organização

utiliza e publica, apesar de não estar em conformidade com que é exigida na norma N° 11.638/07, pois não evidencia de forma correta. Contudo, contribuiu para uma nota relativamente alta em comparabilidade com outras empresas do mesmo seguimento. É evidente a carência de publicações tanto na responsabilidade ambiental e social. Vale ressaltar que essa empresa pública em suas páginas de internet, informações sem conexão, chegando a confundir as informações e oferecendo um acesso limitado. A organização fala em projetos ambientais, e que existe uma responsabilidade, tanto quanto para os seu clientes e fornecedores, porém não tem nenhuma demonstração que comprove essa conduta.

Apesar de toda essa ausência de informações, vale ressaltar que mesmo não publicando e demonstrando, a empresa possui uma preocupação com o tema abordado.

Quadro 3 – Respostas por quesito correspondente aos anos de 2018 a 2021
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr,

QUESITOS	2018			2019			2020			2021		
	S	N	D	S	N	D	S	N	D	S	N	D
1	1	-	2	1	-	2	1	-	2	1	-	2
2	1	-	2	1	-	2	1	-	2	1	-	2
3	1	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-
4	1	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-
5	1	-	2	1	-	2	1	-	2	1	-	2
6	1	-	2	1	-	2	1	-	2	1	-	2
7	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-
8	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-
9	1	-	-	-	0	-	1	-	-	1	-	-
10	1	-	-	1	0	-	1	-	-	1	-	-
11	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-
12	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-
13	1	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-
14	1	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-
15	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-
16	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-
TOTAL	18			17			18			18		
	62,5%			56,25			62,5%			62,5%		

S= Sim; N= Não; D = Disclosure

Fonte: Santos (2023)

Vale ressaltar que nos quatro anos analisados deixou de publicar alguns quesitos, tais com 7 e 8 referentes a remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos e aos gastos com previdência privada, respectivamente. Também os quesitos 11 e 12 deixaram de ser publicados nos quatro anos analisados, assim como os quesitos 15 e 16, deixando assim de apresentar dados importantes no que diz respeito informações relativas às ações trabalhistas e valor de indenizações e multas pagas por determinação da justiça a empregados, deixando de evidenciar se houve investimentos em educação e o número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor.

A Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr, continua praticamente com a mesma pontuação, nos quatro anos analisado, a única diferença é que em 2019 deixou de publicar o quesito 9, referente aos gastos com a cultura e continua com os 8 pontos de disclosure.

5.2 Comparativos Evidenciação das Ações Sócio Ambientais da Empresa

Foi verificado os relatórios contábeis publicados pela empresa objeto de estudo nos anos de 2018 a 2021, onde foi feito um *Check List* com itens da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15, para constatar se as empresas a utilizavam para elaboração de suas informações socioambientais, a companhia que foi estudada é: Empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr.

A empresa pesquisada nesse estudo evidencia suas informações de cunho socioambiental através do Relatório de Sustentabilidade, que estão disponíveis nos sites da empresa, além de demonstrar algumas informações adicionais a esses relatórios nas Notas Explicativas que estão dispostas no site SOLUTUDO. Ficou claro que a companhia possui uma regra, ou padrão nos relatórios de sustentabilidade, dispondo de um modo específico de publicação.

A Empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr exibe um relatório com muitas tabelas, apresenta também bastante texto, e informações adicionais as imagens, muitas vezes não se fazendo entender, apesar de seguir apresentando separação por capítulos. A Empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr evidenciou dos 16 quesitos apresentados 10 informações contidas no *Check List*, sendo em sua maioria informação. Seu relatório conta com auditoria, e é criado através de relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis e informações sócio ambientais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar qual o grau de evidenciação das informações de responsabilidade social e ambiental da empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr, evidencia-se que a Contabilidade Ambiental vem ao encontro da necessidade de demonstrar informações de natureza socioambiental, onde possui a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº 15 (NBC T 15) que estabelece procedimentos para a evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Este artigo teve como objetivo principal, verificar o grau de evidenciação das informações de responsabilidade social e ambiental da empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr, No primeiro objetivo específico buscou-se apresentar a teoria sobre a contabilidade socioambiental, demonstrando como é importante a sua utilização. Posteriormente foram analisados os relatórios da empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr, visando determinar a aplicação da norma contábil NBC T 15 de natureza social e ambiental, onde constatou-se que as informações socioambientais eram evidenciadas através do Relatório de Sustentabilidade, cumprindo então o segundo objetivo específico. Logo para se cumprir o terceiro e último, foi elaborado um CheckList adaptando a NBC T 15, onde pode ser analisado as informações disponíveis da empresa em estudo, sendo possível estabelecer o nível de divulgação de informações socioambientais das empresas de minério.

Frente a tudo que foi analisado e os resultados apresentados e levando-se em consideração as limitações encontradas, dentre as quais pode-se destacar que talvez os responsáveis por divulgar as informações da empresa não conheçam a fundo o conteúdo percorrido ou não publiquem de forma correta suas informações socioambientais. Dessa forma, a análise foi realizada apenas em sites que ofertaram breves informações sobre a organização pesquisada, em evidenciações, demonstrativos contábeis, relatórios socioambientais e notas explicativas.

Levando-se em consideração que a evidenciação das informações socioambientais aprimora e fortalece o estudo na área contábil e possibilita de forma prática aos usuários da informação uma melhor compreensão dos dados expostos, auxiliando assim a sua tomada de decisão. Recomenda-se como sugestão para continuidade desse estudo, uma pesquisa realizada de forma presencial na empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Mbr., com o objetivo de evidenciar se está realmente segue o que está descrito em seus relatórios

socioambientais, bem qual o motivo dos quesitos 7 e 8, 11 e 12, 15 e 16, não estarem esclarecidos, conforme descrito anteriormente.

Ainda como proposta para os seguintes estudos, dispõe-se evidenciar as particularidades necessárias de profissional contábil para o desenvolvimento da função, ressaltando a relevância do conhecimento da gestão socioambiental. Propõe-se também com esse trabalho adaptar-se para os leitores como um contato inicial para o meio contábil, explanando a importância e as principais características da mesma, além de incentivar os leitores a buscar a autonomia e entrar no mundo da contabilidade.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, E. S., SILVA, R. P. A., OLIVEIRA, A. T. A., & REZENDE, I. C. C. (2014). Evidenciação das informações ambientais segundo a NBC T-15: Um estudo nas empresas do setor de papel e celulose de 2006 a 2010. In: REUNIR: **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, 4(1), 19-41.
- BRAGA, C. **Contabilidade ambiental**: ferramenta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.
- CARVALHO, G. M. B. de. **Contabilidade ambiental**: teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2008.
- CHANDLER, D.; WERTHER JR., W. B. Strategic corporate social responsibility: stakeholders, globalization, and sustainable value creation. 3. rd. Thousand Oaks: Sage, 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Resolução nº 1.003, de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 – **Informações de natureza social e ambiental**. Brasília, DF, 2004. Disponível em:<http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc>. Acesso em: 03 de maio 2023.
- COSTA, R. e MARION, J. (2007). A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças** – USP, n.43, 2007. Disponível em:<<https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34212>> Acesso em: 18 maio 2023.
- COSENZA, J. P. MAMEDE, E. LAURENCEL, L. da C. Análise dos Fundamentos Teóricos Associados à Pesquisa Contábil na Área Ambiental. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil** (Online), Paraná, v. 29, n. 1, p. 18-38 jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/10359/5874>>. Acesso em: 14 mai. 2023.
- CUNHA, J. V. A., RIBEIRO, M. S. (2008). Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração – Eletrônica**, 1(1), 1-23.
- DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DI DOMENICO, D., TORMEM, L., e MAZZIONI, S. (2017). Nivel de disclosure nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, 16(49), 84-100.

FREITAS, D. P. S; OLEIRO, W. N. Contabilidade ambiental: a evidenciação nas demonstrações financeiras das empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Reunir**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 65-81, set./dez. 2011.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Responsabilidade Social, responsabilidade social corporativa**. Disponível em: <<https://www.fadc.org.br/taxonomy/term/responsabilidade-social>> Acesso em: 16 de abril 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO ETHOS. **O instituto**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/principios-e-compromissos/#.WwSi8-4vzcs>>. Acesso em: 01 de maio 2023.

KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade Ambiental como sistema de informações**. 2017. Disponível em: <<http://www.gestaoambiental.com.br/kraemer.php>>. Acesso em: 29 de abril. 2023.

MENDONÇA, N. V. P., ADRIANO, E. V. H. V., de MORAIS, J. V. M., & SILVA, V. A. (2020). Análise do Balanço Socioambiental da Empresa Solução Contábil Ltda. Referente ao Exercício de 2018. **Revista De Estudos Interdisciplinares Do Vale Do Araguaia - REIVA**, 2(05), 07. Disponível em: <<http://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/100>> Acesso em: 04 de maio 2023.

MORAES FILHO, R. A. **Sociedade e meio ambiente**. In: ALBUQUERQUE, J. L. (Org.). *Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações*. São Paulo: Atlas, 2009.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. NBC T 15: Informações de Natureza Social e Ambiental. Resolução CFC nº 1.003/04. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/>> Acesso em: 04 de maio 2023.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. 2002. 246 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, C. S. de; SANTOS G. Z. Dos. **A evolução da contabilidade e seus objetivos**. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. 2016. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1401_Artigo%20Seget.pdf> Acesso em: 04 de maio 2023.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 76-97.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

S&P Global Market Intelligence. Disponível em:
<<https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/>> Acesso em: 09 de maio 2023.

SILVA, C. H. F da VAZ, M. do N. **A Importância da Responsabilidade Social para as Organizações**. 2022. Disponível em:
<<https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2621/1/A%20Import%C3%A2ncia%20da%20Responsabilidade%20Social%20para%20as%20Organiza%C3%A7%C3%B5es.pdf>>
Acesso em: 09 de maio 2023.

SLEWINSKI, E., GONÇALVES, M. N., & SANCHES, S. L. R. (2015). Determinantes da divulgação do relatório de sustentabilidade ou do relato integrado das empresas listadas na BM&FBovespa. **Anais do Congresso Anpcont**, Curitiba, Paraná, 9.

SOLOTUDO. < <https://www.solotudo.com.br/empresas/mg/nova-lima/mineradora/mineracoes-brasileiras-reunidas-s-a-mbr-12173036>>. Acesso em: 15 abril 2023.

SOUZA, V. P. de; VANZO, G. F. dos S. Um estudo sobre a influência da disciplina contabilidade social ou ambiental na formação profissional e social dos futuros contadores, de acordo com a percepção dos graduandos dos cursos de ciências contábeis. **18º Congresso brasileiro de contabilidade**, Gramado, 2011. Disponível em:
<<http://www.ccontabeis.com.br/18cbc/544.pdf>>. Acesso em: 15 abril 2023.

SOUZA, M. A., RÁSIA, K. A., & JACQUES, F. V. S. (2010). Evidenciação de informações ambientais pelas empresas integrantes do índice de sustentabilidade empresarial – ISE. **RC&C – Rev. Cont. e Controladoria**, 2(1), 51-139.

TINOCO, J. E. P. KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, Edição: 2.º. 2008.

TINOCO, J. E. P. **Balço Social e o Relatório da Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Rev. SOCERJ**. 2007;20(5):383-386 setembro/outubro. *Pedagogia Médica*. Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro, 2007.

ZANLUCA, J.C. **O que é Contabilidade Ambiental**. Disponível em
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>>. Acesso em: 28 de abril 2023.